

Lucas Souto Bolzan

Restrições de
direitos sociais na
União Europeia

EDITORA LUMEN JURIS
RIO DE JANEIRO
2016

Copyright © 2016 by Lucas Souto Bolzan

Categoria: Direito Internacional Comunitário

PRODUÇÃO EDITORIAL
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Bianca Callado

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.
não se responsabiliza pelas opiniões
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, inclusive quanto às características gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895, de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

B694r Bolzan, Lucas Souto.
Restrições de direitos sociais na União Europeia / Lucas Souto Bolzan. - Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2016.
216 p. ; 21 cm.

Bibliografia: p. 189-201.
Originalmente apresentada como dissertação do autor (mestrado-Universidade de Lisboa, 2014).

ISBN 978-85-8440-590-9

1. Direitos sociais – Países da União Europeia. 2. Direitos fundamentais – Países da União Europeia. 3. Legislação social – Países da União Europeia. I. Título.

CDD – 342.085

Sumário

Apresentação	1
Introdução	5
PARTE I	11
1. O Estado: Transformações	13
2. Direitos Fundamentais: Abordagem Geral	23
3. Direitos Sociais: Conceituação e Dicotomia com os Direitos de Liberdade	27
3.1. Princípio da socialidade	33
3.2. A proibição do retrocesso social	37
4. Globalização	41
4.1. O trilema internacional de Rodrik	49
4.1.1. Esquemas opt-out generalizados no curto prazo:.....	52
4.1.2. Federalismo global no longo prazo?.....	53
5. Globalização e Direitos Sociais	57
6. A União Europeia e Direitos Fundamentais	65
7. A Carta de Direitos Fundamentais da União Europeia	73
7.1. Histórico	73
7.2. Natureza jurídica: antes e depois da “força vinculativa”	82
7.3. Direitos de liberdade e direitos sociais: diferenciação no âmbito da carta	90
7.4. Direitos de liberdade e direitos sociais: diferenciação no título VII da carta.	97

PARTE II	111
1. Restrições e Limitações de Direitos Fundamentais	113
1.1. Definindo: âmbito de proteção	115
1.2. Conformação e restrição.....	118
2. Restrições de Direitos Fundamentais	121
2.1. Considerações iniciais.....	121
2.2. Tipos de restrições aos direitos fundamentais	126
2.2.1. Reserva legal simples.....	131
2.2.2. Reserva legal qualificada	132
2.3. Direitos fundamentais sem a expressa previsão de reserva legal	133
3. Os Limites dos Limites	135
3.1. Considerações iniciais.....	135
3.2. O princípio da proteção do núcleo essencial	136
3.2.1. Considerações preliminares	136
3.2.2. Posições doutrinárias a respeito da proteção do núcleo essencial.....	137
3.3. O princípio da proporcionalidade	141
3.3.1. Considerações iniciais.....	141
3.3.2. Fundamentos do princípio da proporcionalidade	142
3.3.3. Elementos do princípio da proporcionalidade.....	144
3.3.4. Da proibição do excesso à proibição da proteção insuficiente	148
3.4. Proibição de restrições casuísticas.....	149
3.5. Colisão de direitos fundamentais.....	151
3.5.2. Tipos de colisão	152
3.5.3. Solução de conflitos.....	153
3.6. Concorrência de direitos fundamentais.....	157

4. Análise Jurisprudencial: As Restrições dos Direitos Fundamentais na União Europeia	161
4.1. Tribunal Constitucional Português	166
4.1.1. Acórdão número 396/2011	166
4.2. Tribunal de Justiça da União Europeia.....	172
4.2.1. Acórdão Giménez Zaera	172
4.2.2. Acórdão Mangold.....	173
4.2.3. Acórdão Laval	175
4.2.4. Acórdão Waterford Crystal.....	177
5. A União Europeia e os Direitos Sociais	179
Conclusão	183
Bibliografia	189